

# *Superior Tribunal de Justiça*

**RE no AgInt no AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.461.153 - DF  
(2019/0060399-5)**

**RELATORA : MINISTRA MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA**  
**RECORRENTE : ASSOCIACAO CHACARA 43**  
**ADVOGADO : PATRICIA DA SILVA ARAUJO - DF033936**  
**RECORRIDO : SONIA ALVES DOS SANTOS**  
**ADVOGADA : DENISE SILVA FORTUNA - DF012646**

## **EMENTA**

RECURSO EXTRAORDINÁRIO. INTERPOSIÇÃO APÓS O PRAZO LEGAL. APLICAÇÃO DO ART. 219, *CAPUT*, DO CPC. INTEMPESTIVIDADE. RECURSO NÃO ADMITIDO.

## **DECISÃO**

Trata-se de recurso extraordinário, interposto por ASSOCIACAO CHACARA 43, com fundamento no art. 102, inciso III, alínea "a", da Constituição Federal, contra acórdão da Quarta Turma deste Superior Tribunal de Justiça, assim ementado (fl. 865):

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL – AÇÃO DECLARATÓRIA - DECISÃO MONOCRÁTICA DA PRESIDÊNCIA DESTA CORTE QUE NÃO CONHECEU DO RECLAMO. INSURGÊNCIA RECURSAL DA DEMANDADA.

1. A interposição de agravo em face de decisão que inadmite recurso especial com fundamento em precedente representativo de controvérsia configura erro grosseiro, dada a disposição do artigo 1.030, § 2º, do CPC. Inaplicabilidade do princípio da fungibilidade recursal, ante a ausência de dúvida objetiva acerca do recurso cabível. Precedentes.

2. Conforme entendimento da Segunda Seção, a aplicação da multa prevista no parágrafo 4º do artigo 1.021 do CPC não é automática, não se tratando de mera decorrência lógica do não provimento do agravo interno em votação unânime. Precedentes.

3. Agravo interno desprovido.

Nas razões do recurso extraordinário (fls. 876/896), sustenta a parte recorrente, em síntese, que está presente a repercussão geral da questão tratada e que houve ofensa ao artigo 3º, inciso I, da Constituição Federal.

As contrarrazões foram apresentadas às fls. 903/911.

É o relatório.

O recurso extraordinário não deve ser admitido por manifesta intempestividade.

Extrai-se dos autos que o acórdão recorrido foi considerado publicado em 30.8.2019 (sexta-feira), consoante certidão acostada à fl. 874. Dessarte, a contagem do prazo quinzenal iniciou-se em 2.9.2019 (segunda-feira) e encerrou-se em 20.9.2019

# *Superior Tribunal de Justiça*

(sexta-feira), computados apenas os dias úteis, nos termos do artigo 219, *caput*, do Código de Processo Civil.

Ocorre, porém, que o apelo extremo somente foi protocolado em 23.9.2019 (segunda-feira), sendo, portanto, manifestamente intempestivo.

Ante o exposto, nos termos do art. 1.030, inciso V, do Código de Processo Civil, **não admito o recurso extraordinário.**

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília, 02 de outubro de 2019.

Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA  
Vice-Presidente

